

COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.253.691/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas,
Em atendimento à legislação societária em vigor, apresentamos as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	50.702	208.788	Fornecedores		54	394
Aplicações financeiras	9	5.514	10.288	Salários, encargos sociais e benefícios		53	61
Contas a receber	10	82.027	73.164	Empréstimos e financiamentos	13	104.442	99.843
Tributos correntes a recuperar	11	2.140	41.487	Tributos correntes a recolher	11	7.993	28.779
Créditos com partes relacionadas	15	78.074		Outros tributos		2.917	4.289
Demais ativos		10.876	1.169	Dividendos e juros sobre capital próprio	15	8.015	61.759
		229.333	334.896	Demais obrigações		5.873	1.580
Não circulante				129.347	196.805		
Créditos com partes relacionadas	15	863.511	875.369	Não circulante			
Depósitos judiciais		46	43	Empréstimos e financiamentos	13	815.769	883.134
Propriedades para investimentos	12	213.715	234.296	815.769	883.134		
		1.077.272	1.109.708	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo		1.306.605	1.444.604	Capital social		301.935	301.935
				Reserva legal		15.651	12.440
				Dividendos adicionais propostos		43.903	50.290
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.306.605	1.444.604

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de Lucro		Lucros acumulados	Total
		Legal	Dividendos adicionais propostos		
Em 1 de janeiro de 2014	301.935	8.730	33.102		343.767
Aprovação de dividendos adicionais propostos			(33.102)		(33.102)
Lucro do exercício				74.201	74.201
Destinação dos lucros:					
Reserva legal		3.710		(3.710)	
Deliberação de dividendos obrigatórios				(3.013)	(3.013)
Deliberação de juros sobre o capital próprio				(17.188)	(17.188)
Dividendos adicionais propostos			50.290	(50.290)	
Em 31 de dezembro de 2014	301.935	12.440	50.290		364.665
Aprovação de dividendos adicionais propostos			(50.290)		(50.290)
Lucro do exercício				64.216	64.216
Destinação dos lucros:					
Reserva legal		3.211		(3.211)	
Deliberação de dividendos obrigatórios				(5.398)	(5.398)
Deliberação de juros sobre o capital próprio				(11.704)	(11.704)
Dividendos adicionais propostos			43.903	(43.903)	
Em 31 de dezembro de 2015	301.935	15.651	43.903		361.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<p>1. INFORMAÇÕES GERAIS</p> <p>A Copart 4 Participações S.A. ("Companhia" ou "Copart 4"), constituída em 18 de junho de 2010, sediada na Rua Teodoro da Silva nº 701/709 B, 4º andar, Vila Isabel, cidade do Rio de Janeiro – Brasil, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral e constituída pela Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"). A Companhia tem como objeto social a administração e locação de bens imóveis, bem como cessão de direitos de qualquer natureza, inclusive de bens imóveis, podendo locar, dar em usufruto, no todo ou em parte, enfim, praticar todos os atos necessários para o melhor aproveitamento dos referidos bens inclusive realizar manutenção, reparo e melhoria dos mesmos.</p> <p>A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de abril de 2016.</p> <p>A controladora Oi S.A. ("Oi") anunciou em 9 de março de 2016 a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.</p> <p>O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil. A Oi também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.</p> <p>As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.</p> <p>As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.</p> <p>Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.</p> <p>2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</p> <p>As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.</p> <p>(a) Base de elaboração</p> <p>As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.</p> <p>As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.</p> <p>(b) Principais políticas contábeis</p> <p>Moeda funcional e de apresentação</p> <p>A Companhia atua, como administradora e locadora de bens imóveis (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$). Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o preço de venda de seus serviços; • os custos dos serviços prestados; • o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores; e • juros, investimentos e financiamentos. <p>Sendo assim a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa</p> <p>Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado.</p> <p>Aplicações financeiras</p> <p>As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.</p> <p>Contas a receber</p> <p>As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor do serviço na data da sua prestação e não diferem de seus valores justos. As contas a receber incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.</p> <p>Propriedades para investimentos</p> <p>As propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital são registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimentos estão avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização e depreciadas com base na vida útil econômica dos ativos, quando aplicável.</p> <p>Deterioração de ativos financeiros</p> <p>A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.</p> <p>Empréstimos e financiamentos</p> <p>Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento dos exercícios.</p> <p>Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.</p> <p>Passivos circulante e não circulante</p> <p>São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços patrimoniais.</p> <p>Reconhecimento das receitas</p> <p>As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela prestação de serviços no curso regular das atividades da Companhia.</p> <p>Reconhecimento das despesas</p> <p>As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com as realizações das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.</p> <p>Receitas e despesas financeiras</p> <p>As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e ganhos com aplicações financeiras.</p>	<p>As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos e financiamentos e outras transações financeiras.</p> <p>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência.</p> <p>Resultado por ação</p> <p>O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.</p> <p>Demonstração dos Fluxos de Caixa</p> <p>A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.</p> <p>3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS</p> <p>A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação.</p> <p>Conseqüentemente, as estimativas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.</p> <p>De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. A Companhia não possui riscos de câmbio e de taxa de juros. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:</p> <p>(a) Composição dos instrumentos financeiros</p> <p>Na data de encerramento dos balanços, os principais saldos contábeis apresentados que podem ser considerados como instrumentos financeiros consistem no caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata, contas a receber de clientes, contas a pagar, despesas provisionadas, empréstimos e financiamentos, para os quais o valor de custo se aproxima do valor de realização.</p> <p>Hierarquia do valor justo</p> <p>De acordo com o CPC 40, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, contas bancárias e aplicações pelo seu valor justo. Tais ativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.</p> <p>(b) Riscos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</p> <p>Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's) e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha.</p> <p>(c) Risco de taxa de juros</p> <p>Ativos financeiros</p> <p>O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e conseqüentemente, na remuneração desses ativos.</p> <p>Passivos financeiros</p> <p>A Companhia possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros prefixados com correção monetária pelo IPCA.</p> <p>(d) Risco de liquidez</p> <p>O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.</p> <p>A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinanciar dívidas.</p> <p>A Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações e com a posição de liquidez existente no balanço.</p> <p>Gestão de capital</p> <p>A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.</p> <p>O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.</p> <p>A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.</p> <p>Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.</p> <p>4. RECEITAS DE SERVIÇOS</p>
--	--

	2015	2014
Receita bruta de serviços	209.391	188.908
Deduções da receita bruta	(19.369)	(17.474)
Tributos	(19.369)	(17.474)
Receitas de serviços	190.022	171.434

5. DESPESAS POR NATUREZA

	2015	2014
Depreciação	(15.847)	(15.306)
Serviços de terceiros	(1.910)	
Pessoal	(1.292)	(152)
Outras despesas	(1.011)	(628)
Total	(20.060)	(16.086)

Classificados como:

Custos dos serviços prestados	(16.199)	(16.086)
Despesas gerais e administrativas	(3.861)	
Total	(20.060)	(16.086)

6. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Outras receitas operacionais		
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	926	231
Total	926	231
Outras despesas operacionais		
Tributos	(7.082)	(7.384)
Outras despesas	(133)	
Total	(7.215)	(7.384)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2015	2014
Receitas de serviços	4	190.022	171.434
Custo dos serviços prestados	5	(16.199)	(16.086)
Lucro bruto		173.823	155.348
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	5	(3.861)	
Outras receitas operacionais	6	926	231
Outras despesas operacionais	6	(7.215)	(7.384)
		(10.150)	(7.153)

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	7	163.673	148.195
Receitas financeiras	7	148.179	108.398
Despesas financeiras	7	(221.078)	(153.513)
Resultado financeiro	7	(72.899)	(45.115)

Lucro antes das tributações		90.774	103.080
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8	(26.558)	(28.879)
Lucro líquido do exercício		64.216	74.201

Lucro básico e diluído por ação (R\$)	14(d)	64.216	74.201
---------------------------------------	-------	--------	--------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	64.216	74.201
Total do resultado abrangente do exercício	64.216	74.201

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Atividades operacionais		
Lucro antes das tributações	90.774	103.080
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	61.211	56.368
Depreciação	15.847	15.306
Outros		(198)
	167.832	174.556

Mutações patrimoniais		
Contas a receber	(8.863)	(4.752)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(16.242)	(19.469)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	21.477	43.951

Tributos	12.822	(16.070)
Fornecedores	(340)	203
Outras contas ativas e passivas	(688)	(543)
	8.166	3.320

Encargos financeiros pagos	(91.593)	(21.184)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(24.142)	(18.602)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(20)	(20)
	(115.735)	(39.806)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	60.263	138.070
---	---------------	----------------

Atividades de investimentos		
Créditos com empresas ligadas - Liberações	(288.852)	
Créditos entre empresas ligadas - Recebimentos	363.618	90.045
Depósitos e bloqueios judiciais	(3)	(43)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	74.763	90.002

COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.253.691/0001-14

continuação

	PASSIVO	
	2015	2014
Tributos correntes a recolher		
Imposto de renda a pagar	5.833	21.149
Contribuição social a pagar	2.160	7.730
Circulante	7.993	28.879

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS
De acordo com o pronunciamento CPC 28 as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital podem ser registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimento estão mensuradas pelo seu custo de aquisição.

	2015			Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Prédios	1.051.683	(854.665)	197.018	8,00%
Infraestrutura	135.981	(119.284)	16.697	8,00%
Total	1.187.664	(973.949)	213.715	

	2014			Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Prédios	1.065.749	(849.930)	215.819	8,00%
Infraestrutura	136.199	(117.722)	18.477	8,00%
Total	1.201.948	(967.652)	234.296	

Resumo da movimentação das propriedades para investimentos

Saldo em 01/01/2014	249.602
Depreciação	(15.306)
Saldo em 2014	234.296
Adição	5.178
Baixa	(9.912)
Depreciação	(15.847)
Saldo em 2015	213.715

O valor justo das propriedades para investimento existentes em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.357.606 (2014 – R\$ 2.068.844).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	2015	2014	TIR	Vencimento
				(Principal e juros)
Financiamentos	645.285	547.544	14,10%	Dez/2015 a Ago/2022
Juros provisionados sobre financiamentos	301.955	466.828	14,10%	Dez/2015 a Ago/2022
Subtotal	947.240	1.014.372		

	2015		2014	
	Custos de transação incorridos	(27.029)	(31.395)	
Total	920.211	982.977		
Circulante	104.442	99.843		
Não circulante	815.769	883.134		

Custos de transações por natureza

	2015		2014	
	Instituições financeiras	Moeda nacional	27.029	31.395
Total	27.029	31.395		
Circulante	4.439	4.365		
Não circulante	22.590	27.030		

Composição da dívida por moeda

	2015		2014	
	Reais	920.211	982.977	
Total	920.211	982.977		

Composição da dívida por indexador

	2015		2014	
	IPCA	920.211	982.977	
Total	920.211	982.977		

DIRETORIA ESTATUTÁRIA		CONTADOR
Flavio Nicolay Guimarães (Diretor Presidente)	Marco Norci Schroeder (Diretor Financeiro)	Marcelo Antônio Leal Gomes CRC-RJ 083.182

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Copart 4 Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Copart 4 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	2015		2015	
2017		114.504		4.441
2018		123.795		4.366
2019		133.544		4.190
2020		143.602		3.882
2021 e exercícios seguintes		322.914		5.711
Total		838.359		22.590

"Covenants"
A Companhia possui obrigação contratual conforme o CRI, cuja apuração de "covenant" financeiro ocorre trimestralmente com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Oi S.A. ("Oi") e TMAR. Em 2015 foi obtido "waiver" temporário para a apuração de "covenant" financeiro correspondente à razão Dívida Bruta Total da Oi/Ebitda, onde a Oi deverá manter um "ratio" Dívida Bruta Total/Ebitda não maior que 6,00 vezes durante o prazo concedido no "waiver", que terminou em 31 de dezembro de 2015.

Posteriormente ainda em 2015, a Oi obteve novos "waivers" temporários, junto dos seus credores, onde ficou acordada a alteração do "covenant" financeiro para a razão Dívida Líquida Total da Oi/Ebitda o qual deverá ser igual ou inferior a 6,00 vezes. A Companhia e/ou TMAR e/ou a Oi pretende obter novos "waivers" dos credores que eventualmente concederem prazos inferiores a 31 de dezembro de 2016 de forma temporária. Adicionalmente, a maioria dos "waivers" temporários aplicáveis até 31 de dezembro de 2016 requerem que a Oi e suas controladas usem o caixa recebido na venda da PT Portugal para pagamento de dívidas ou no processo de consolidação do setor das telecomunicações no Brasil. No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social**
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 301.935 (2014 – R\$ 301.935) e apresenta a composição abaixo descrita, representado por ações sem valor nominal.

	Em unidades de ações	
	2015	2014
Espécies de ações		
Ordinárias	1.000	1.000
Total	1.000	1.000

(b) Reserva de lucro

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

(c) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve distribuir dividendos, aos seus acionistas, em cada exercício social, em valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em AGO – Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2014 no montante de R\$ 74.201 da seguinte forma: (i) constituição da reserva legal, para a qual foi destinado o montante de R\$ 3.710; (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 17.188, sobre os quais incide Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 2.578, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios; (iii) pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.013; e (iv) pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 50.290. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 64.216. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício será destinado da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no montante de R\$ 3.211; (ii) pagamento de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 5.398; (iii) pagamento de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 43.903 e (iv) pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 11.704. Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	64.216	74.201
(-) Reserva legal	(3.211)	(3.710)
Lucro líquido ajustado	61.005	70.491
% de dividendos obrigatórios	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	15.251	17.623
Sendo:		
Juros sobre o capital próprio bruto	11.704	17.188
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio	(1.851)	(2.578)
Juros sobre o capital próprio líquido	9.853	14.610
Dividendos	5.398	3.013
Total de dividendos distribuídos	17.102	20.201
Dividendos adicionais propostos	43.903	50.290
Total da remuneração	61.005	70.491

(d) **Lucro por ação básico e diluído**
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro básico por ação:

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	64.216	74.201
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	64.216	74.201
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias (Em unidades de ações)	1.000	1.000
Lucro por ação básico e diluído (em Reais):		
Ações ordinárias	64.216	74.201

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2015	2014
Ativo		
Contas a receber	82.027	73.164
TMAR	82.027	73.164
Créditos com a controladora	1.862	
TMAR	1.862	
Debêntures	939.723	875.369
Oi	939.723	875.369
Demais ativos	9.203	
TMAR	9.203	
Passivo		
Dividendos	8.015	61.759
TMAR	8.015	61.759
Demais obrigações	5.323	1.029
Oi	58	
TMAR	5.265	1.029
Receita		
Receita de Aluguéis	209.391	188.908
TMAR	209.391	188.908
Receitas financeiras	140.982	92.718
Oi	114.461	92.718
TMAR	26.521	
Despesa		
Despesas financeiras	2.444	3.114
TMAR	2.444	3.114
Debêntures		

Em 20 de outubro de 2010, foi aprovada a emissão privada pela TMAR de 999.295 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 999 milhões, com prazo para subscrição de até 3 (três) anos. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela Companhia, no valor de R\$ 999 milhões ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. Os juros de 115% do CDI, serão pagos semestralmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração Diretoria

Em 11 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Flavio Nicolay Guimarães para ocupar o cargo de Diretor Presidente e o Sr. Marco Norci Schroeder para ocupar o cargo de Diretor Financeiro da Companhia.

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copart 4 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas. Desta forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações com partes não relacionadas.

Continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 3 das demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração da controladora final Oi S.A. para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa do Grupo Oi. Essas condições aliadas a eventual não concretização do plano descrito, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade dos negócios da Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4



GUANABARA DIESEL S/A COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

CNPJ (M.F.) Nº 33.498.049/0001-75

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas: Temos a satisfação de apresentar a V.Sas., o resultado das nossas atividades comerciais no decorrer do exercício findo em 31/12/15. As cifras apresentadas no Balanço Geral, apresentam a situação da Sociedade no período mencionado, entretanto estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom entendimento do assunto em pauta. RJ, 10/04/16.

BALANÇO PATRIMONIAL				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Bancos	1.981.189	2.124.480		
Títulos do Mercado Aberto	16.139.534	54.892.152		
Duplicatas a Receber	48.678.376	36.485.712		
Créditos a Receber	174.883	361.268		
Créditos Mercedes-Benz	3.941.633	2.759.882		
Fundos de Créditos Mercedes-Benz	47.347.390	43.595.208		
Impostos a Recuperar	2.370.014	107.399		
Adiantamento a Fornecedores	7.884.942	11.028		
Outras Contas a Recuperar	404.452	363.038		
Créditos de Empresas Interligadas	2.892.780	6.026.614		
Mercadorias para Revenda	14.987.175	12.087.766		
Ordens de Serviços em Andamento	247.810	181.713		
Aplicações de Recursos em Despesas	502.337	790.748		
	147.552.515	159.787.008		
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos e Cauções	765.589	771.922		
Investimentos	26.126	26.126		
Imobilizado	2.944.097	3.993.032		
Imobilização Técnico	5.577.304	5.369.096		
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	5.654.820	4.136.590		
Depreciações e Amortizações Acumuladas	(8.288.027)	(5.512.654)		
Intangível	614.035	54.110		
Direito de Uso	937.945	282.987		
Amortizações Acumuladas	(323.910)	(228.877)		
	4.349.846	4.845.190		
TOTAL DO ATIVO	151.902.362	164.632.198		
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	23.445.644	37.804.047		
Encargos Sociais a Recolher	1.089.787	1.195.926		
Encargos com pessoal a pagar	1.025.139	1.121.064		
Impostos a Recolher	221.523	731.889		
Adiantamentos de Clientes	3.102.699	2.860.235		
Juros S/ Capital Próprio a Pagar	1.697.006	1.041.105		
Outras Contas a Pagar	304.244	56.064		
	30.886.043	44.810.330		
NAO CIRCULANTE				
Receitas Diferidas	1.176.987	1.097.343		